



RELATORIA:	DWE
TERMO:	VOTO À DIRETORIA COLEGIADA
NÚMERO:	005/2019
OBJETO:	EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA. IMPLANTAÇÃO DA LINHA UNIÃO DOS PALMARES (AL) – RIO DE JANEIRO (RJ) via BR 101.
ORIGEM:	SUPAS
PROCESSO (S):	50501.358401/2018-11
PROPOSIÇÃO PRG:	SEM MANIFESTAÇÃO
PROPOSIÇÃO DWE:	POR DEFERIR
ENCAMINHAMENTO:	À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

I - DAS PRELIMINARES

Trata-se de requerimento da sociedade empresária EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA., por meio do qual solicita a implantação da linha UNIÃO DOS PALMARES (AL) – RIO DE JANEIRO (RJ) via BR 101, com os mercados listados abaixo, como seção secundária da linha:

- De: São Miguel dos Campos (AL), Messias (AL), Propriá (SE), Cruz das Almas (BA), Santo Antônio de Jesus (BA) e Gandu (BA) para: Rio de Janeiro (RJ);

- De: Maceió (AL) para: Rio de Janeiro (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Vitória (ES), Eunápolis (BA) e Itabuna (BA);

- De: Ubaitaba (BA), Itabuna (BA), Eunápolis (BA), Teixeira de Freitas (BA), São Mateus (ES) e Linhares (ES) para: Rio de Janeiro (RJ) e Campos de Goytacazes (RJ).

II – DOS FATOS E DA ANÁLISE PROCESSUAL

A empresa apresentou documentos relativos à identificação da linha, esquema operacional, quadro de horários, itinerário gráfico e quilometragem dos acessos viários e indicação de tipos de pavimento, impactos na operação de mercados já existentes (ANEXO I), conforme exigido na Resolução ANTT nº 5.285/2017.

Por intermédio da Nota Técnica nº 533/2018/GETAU/SUPAS, a SUPAS informou que os mercados solicitados foram autorizados à requerente por meio da Licença Operacional – LOP nº 36, conforme consulta ao Sistema de Gerenciamento de Permissões – SGP.

Quanto ao item V do art. 15 da Resolução ANTT nº 5.285/2017, “impactos na operação de mercados já existentes”, prevalece o disposto na Nota Técnica Conjunta nº 1/2018/GEROT/GETAU/SUPAS, de 15/01/2018. Conforme a Nota, a implantação de uma linha decorrente de um seccionamento intermediário já existente não implica a alteração do número de operadores no mercado em questão, mas apenas altera a forma de se prestar o serviço.

Cumprido esclarecer que a análise de um pedido de implantação de linha oriunda de seccionamento, “as informações apresentadas no requerimento de implantação de linha a título de impacto dessa modificação em mercados já existentes não irão passar pelo crivo dos parâmetros de inviabilidade operacional a serem estabelecidos nos estudos previstos no art. 73 da Resolução nº 4.770/2015, visto que isso seria feito no momento da delegação do mercado e não na modificação operacional do mercado”.

Conforme consta aos autos, verifica-se que a empresa cumpriu os requisitos para implantação da linha.

Corroborando a análise e o entendimento da Nota Técnica supracitada, a SUPAS encaminha seu Relatório à Diretoria e a minuta de Deliberação, propondo o deferimento do pedido de implantação de linha.

Em 18 de dezembro de 2018, o processo administrativo foi distribuído à esta Diretoria DWE, nos termos do Despacho nº 3.491/2018, fl. 47, oriundo da Secretaria-Geral - SEGER.

Sobre o assunto, inicialmente, ressalta-se a competência desta Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT para regular sobre a matéria, conforme o inciso IV, do art. 24; e o inciso VIII, do art. 26, ambos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres, cria o Conselho Nacional de Integração de

Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, a saber:

Art. 24. Cabe à ANTT, em sua esfera de atuação, como atribuições gerais:

(...)

IV – elaborar e editar normas e regulamentos relativos à exploração de vias e terminais, garantindo isonomia no seu acesso e uso, bem como à prestação de serviços de transporte, mantendo os itinerários outorgados e fomentando a competição;

(...)

Art. 26. Cabe à ANTT, como atribuições específicas pertinentes ao Transporte Rodoviário:

(...)

VIII - autorizar a prestação de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Dessa maneira, exercendo o cumprimento de suas atribuições legais, conforme estabelecido no inciso IV do art. 24, ora mencionado, foi editada a Resolução ANTT nº 4.770/2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Diante do novo regime estabelecido aos atuais serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, a ANTT, por meio da Resolução nº 5.285/2017, decidiu pela regulamentação da matéria relativa à implantação de linhas a serem operadas sob o regime de autorização.

Nesse sentido, a Seção III da Resolução nº 5.285/2017 dispõe sobre o regramento para Implantação e Supressão de Linha. Especificamente sobre a Implantação de Linhas, a Resolução estabelece:

Seção III

Da Implantação e Supressão de Linha

Art. 14. Poderá ser implantada linha, desde que a transportadora seja detentora de autorização para operar o mercado.

Art. 15. Nas solicitações de implantação de linha, deverão ser apresentados os seguintes dados e informações:

I - identificação da linha que se pretende implantar;

II - esquema operacional e quadro de horários pretendidos para a linha;

III - itinerário gráfico (mapa) da linha, com as rodovias percorridas, localidades situadas ao longo do trajeto, terminais e pontos de seção pretendidos;

IV - quilometragem dos acessos viários e indicação de tipos de pavimento; e

V - impactos na operação de mercados já existentes.

Parágrafo único. O disposto no inciso V deverá ser apresentado apenas nos casos de implantação de serviço independente oriundo dos seccionamentos intermediários de uma linha já existente, devendo considerar a frequência mínima, sem prejuízo de outros elementos que julgar necessários.

Ante o exposto e conforme Nota Técnica nº 533/2018/GETAU/SUPAS e o Relatório à Diretoria, conclui-se que a sociedade empresária é detentora de autorização para operar os mercados, e desse modo, acompanhando os encaminhamentos da área técnica, esta DWE entende por deferir o pedido de implantação de linha apresentado pela EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA.

III – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Isso posto, considerando as instruções técnicas supracitadas, VOTO por **DEFERIR** o pleito da EMPRESA GONTIJO DE TRANSPORTES LTDA. de implantação da linha UNIÃO DOS PALMARES (AL) – RIO DE JANEIRO (RJ) via BR 101, nos termos das Resoluções nº 4.770/2015 e nº 5.285/2017.

Brasília, 07 de janeiro de 2019.




WEBER CILONI
Diretor

Encaminhamento:

À **Secretaria-Geral (SEGER)**, com vistas ao prosseguimento do feito.

Em 7 de janeiro de 2019.



LEVINA A MACHADO SILVA
Especialista em Regulação
Mat. 1517765